

Senhores Acionistas,
Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Companhia de Seguros Aliança do Brasil relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, elaboradas na forma da legislação societária e das normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do parecer elaborado pelos Auditores Independentes.

Em 2009 a Companhia apresentou lucro líquido de R\$ 316,0 milhões e uma produção de prêmios emitidos líquidos de R\$ 2.243,9 milhões, representando, respectivamente, acréscimos de 27,5% e 25,8% sobre o ano anterior. Excluindo o resultado extraordinário de R\$ 43,1 milhões, líquidos dos efeitos tributários, obtido na venda de cinco imóveis destinados à renda no 1º semestre de 2008, o crescimento no resultado, em 2009, atingiu 54,3%. Comparando-se 2008 e 2009, houve melhora na eficiência da Companhia com operações relacionadas à produção de seguros, representada pela redução do Índice Combinado de 83,2% para 80,5%, bem como pelo Índice Ampliado, que variou de 79,8% para 75,5%.

A constante inovação e a utilização dos melhores e mais modernos canais de distribuição propiciaram o lançamento do BB Proteção, com mais de 600 mil apólices comercializadas em apenas dois dias de campanha. No ano, a Aliança vendeu 2,2 milhões de seguros novos, elevando sua base de clientes a mais de nove e meio milhões de brasileiros.

Em 2009, a Aliança do Brasil consolidou sua liderança no Seguro Agrícola com participação de 63% nesse mercado e de 83% nas culturas de grãos. O prêmio emitido foi de R\$ 282 milhões contra R\$ 200 milhões em 2008, com crescimento de 41%. Foram emitidas 41 mil apólices de seguros, com indenizações seguradas de R\$ 5,5 bilhões, garantindo 4,8 milhões de hectares, o que representa 11% da área plantada no Brasil.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Companhia tem, entre seus diferenciais, sua força de trabalho, acreditando que, ao combinar um ótimo clima organizacional, pessoas talentosas e trabalhos desafiadores, estará apta a obter resultados diferenciados, tanto em lucratividade como em participação no mercado.
A quase totalidade (95%) dos funcionários possui ou está cursando nível superior, 26,5% deles com títulos de doutorado, mestrado ou pós-graduação "tatu sensu". A Companhia investe permanentemente em treinamento e capacitação, além de estimular o auto desenvolvimento de seus colaboradores.
A responsabilidade socioambiental faz parte da estratégia da Aliança do Brasil. Assessorada por comitê interno, a Companhia patrocina projetos voltados aos oito Objetivos do Milênio definidos pela ONU. São ações desenvolvidas ao longo de todo o território nacional, abrangendo educação, formação profissional, inclusão de pessoas com deficiência, cultura, esporte, saúde, preservação ambiental, combate à fome, entre outras.
Em 2009, a Aliança do Brasil também manteve seu apoio institucional ao vôlei de praia, com o incentivo a atletas consagradas e também a novos talentos, acreditando na importância do esporte para a formação de uma sociedade mais saudável, física e mentalmente.
Preocupada na melhora contínua do atendimento a seus clientes, a Companhia aprovou a criação da Ouvidoria, ligada diretamente à Presidência, cuja atuação, proativa e focada no cliente, permitirá maior efetividade no atendimento das demandas e a era encaminhadas.

O Banco do Brasil, através de sua subsidiária integral o BB-BI concluiu, após a autorização da SUSEP a aquisição da totalidade das ações pertencentes a Companhia de Participações Aliança da Bahia (30% do capital total e 60% do capital votante). Na forma aprovada pela SUSEP verificou-se, no segundo semestre do ano, transferência da participação na Companhia de Seguros Aliança do Brasil, do BB Banco de Investimento S.A. para a BB Aliança Participações S.A.

Em outubro de 2009, o Banco do Brasil publicou fato relevante em que informa ter firmado, com o Grupo Segurador Espanhol MAPFRE Protocolo de Intenções, com o objetivo de formar aliança estratégica para o desenvolvimento, no mercado brasileiro, dos negócios de seguros de riscos, nos segmentos de pessoas, ramos elementares e automóveis.
A Companhia manteria, até a próxima AGO, a natureza de sociedade unipessoal *pro tempore*, consoante preceito contido na alínea "d" do inciso I, do art. 206 da Lei de Sociedades Anônimas.
Em atendimento à Circular SUSEP nº 379, de 19 de dezembro de 2008, a Companhia detém, na categoria "mantidos até o vencimento", títulos e valores mobiliários no valor de R\$ 673,7 milhões, considerando ter capacidade financeira para tal, de forma que manifesta a intenção de observar os prazos de resgate originais dos mesmos.
Consolidadas as bases para a retomada vigorosa do desenvolvimento brasileiro, com expectativa de crescimento do produto interno bruto superior aos cinco pontos percentuais, a Companhia de Seguros Aliança prevê um ano muito favorável ao mercado segurador brasileiro, alcançado pela estabilidade econômica, pela melhor distribuição da renda nacional e pela iniciativa do Governo Federal de estimular a comercialização do micro seguro.
A Companhia, ao tempo em que confirma a sua crença nos princípios éticos, na preservação do meio ambiente, no combate ao trabalho escravo e às desigualdades sociais, continuará oferecendo, em 2010, proteção a seus clientes, por meio de soluções de seguros que satisfaçam às suas necessidades, investindo na ampliação de seus canais de atendimento e distribuição e na modernização de seus produtos e serviços.

São Paulo, 02 de fevereiro de 2010

A ADMINISTRAÇÃO

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO – EXERCÍCIOS FIMDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008				
	Nota	2009	2008	2009
Prêmios emitidos líquidos	15	2.243.927	1.783.849	2.257.928
Prêmios resseguros cedidos		(363.199)	(255.565)	(363.389)
PRÊMIOS RETIDOS		1.880.728	1.528.284	1.894.539
Varição das provisões técnicas – seguros		(326.587)	(205.761)	(325.784)
Varição das provisões técnicas – resseguros cedidos		200.987	98.846	200.987
PRÊMIOS GANHOS	14	1.755.128	1.421.369	1.769.742
Sinistros retidos	15	(571.281)	(451.219)	(571.627)
Despesas de comercialização	15	(512.993)	(458.793)	(514.074)
Outras receitas e despesas operacionais	15	(146.843)	(125.517)	(158.760)
Despesas administrativas	15	(116.606)	(90.708)	(118.190)
Resgates com tributos	15	(64.303)	(57.049)	(64.837)
Resultado financeiro	15	115.224	62.163	115.837
Resultado patrimonial		2.904	2.192	1.863
RESULTADO OPERACIONAL		461.230	302.438	461.954
GANHOS E PERDAS COM ATIVOS NÃO CORRENTES		(37)	71.920	(37)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		461.193	374.358	461.917
Imposto de renda	16	(75.043)	(75.159)	(75.477)
Contribuição social	16	(65.240)	(47.800)	(65.511)
Despesas administrativas		(4.837)	(4.495)	(4.916)
LUCRO LÍQUIDO		316.013	247.904	316.013
Quantidade de ações		730.856	730.856	
Lucro líquido por ação (em R\$)		432,39	339,20	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA – EXERCÍCIOS FIMDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008				
	Nota	2009	2008	2009
ATIVIDADES OPERACIONAIS		2009	2008	2009
Recuperação de prêmios de seguro	2.113.876	1.648.065	1.736.996	2.136.796
Recuperação de sinistros e comissões	108.458	34.128	109.245	109.245
Outros recebimentos operacionais (Salvados, Ressarcimentos e outros)	541	4.975	1.997	1.997
Pagamentos de sinistros e comissões	(1.212.796)	(956.143)	(1.223.312)	(1.223.312)
Resgates de prêmios por cessão de riscos	(236.698)	(181.572)	(236.698)	(236.698)
Pagamentos de despesas com operações de seguros e resseguros	(16.443)	(12.371)	(21.058)	(21.058)
Pagamentos de despesas e obrigações	(169.431)	(139.518)	(171.447)	(171.447)
Processos judiciais	(63.076)	(64.662)	(63.332)	(63.332)
Outros pagamentos operacionais	(543)	(20.326)	(4.614)	(4.614)
Recebimentos de Juros e Dividendos	3.306	665	3.365	3.365
Constituição de Depósitos Judiciais	(20.212)	(34.304)	(21.096)	(21.096)
Resgates de Depósitos Judiciais	5.868	5.879	5.879	5.879
Pagamentos de Participações nos Resultados	(3.356)	(3.358)	(3.358)	(3.358)
Caixa Gerado pelas Operações		509.494	304.912	512.267
Impostos e Contribuições Pagos	(191.963)	(160.593)	(194.346)	(194.346)
Juros Pagos				(26)
Investimentos financeiros:				
Aplicações	(776.091)	(569.351)	(777.838)	(777.838)
Vendas e resgates	624.174	599.697	626.067	626.067
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais		165.614	114.665	166.124
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Pagamento pela Compra de Ativo Permanente:				
Investimentos	(7.059)		(7.059)	
Recebimento pela Venda de Ativo Permanente:				
Imobilizado	128	125.438	128	128
Caixa Líquido (Consumido)/Gerado nas Atividades de Investimento		(6.931)	125.438	(6.931)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Distribuição de Dividendos a Juro sobre o Capital Próprio	(168.003)	(266.000)	(168.003)	(168.003)
Caixa Líquido (Consumido) nas Atividades de Financiamento		(168.003)	(266.000)	(168.003)
(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		(9.320)	(25.897)	(8.810)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período		15.802	41.699	16.348
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período		6.482	15.802	7.538
Aumento das aplicações financeiras - Recursos Livres		123.750	4.018	123.648

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(c) Títulos mantidos até o vencimento: O custo atualizado e o valor de mercado dos títulos classificados nessa categoria estavam distribuídos da seguinte forma:

	2009			Controladora/Consolidado 2008		
	Custo Atualizado	Ganho/(Perda) Não Realizado	Valor de Mercado	Custo Atualizado	Ganho/(Perda) Não Realizado	Valor de Mercado
Em Fundos de Investimentos						
Exclusivos	469.453	4.283	473.736	259.974	847	260.821
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	153.905	4.835	158.740	168.582	373	168.955
Notas do Tesouro Nacional (NTN-F)	(448)	169.747	20.645	(58)	20.587	20.587
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	116.671	(104)	116.567	44.660	532	45.192
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	28.882	28.882	28.882	28.882	28.882	28.882
Carteira Administrada						
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	196.963	2.981	199.944	37.090	783	37.873
Total	666.416	7.264	673.680	297.064	1.630	298.594

Em 31 de dezembro de 2009 o vencimento da carteira de aplicações financeiras está distribuído da seguinte forma:

	Controladora 2009			Total
	A vencer em até 1 ano	A vencer entre 1 e 3 anos	A vencer acima de 3 anos	
Negociação	164.934	320.373	69.867	555.174
Disponível para venda	87.195	110.023	60.869	258.087
Mantidos até o vencimento	208.315	362.689	95.412	666.416
Total 2009	460.444	793.085	225.148	1.478.677
Total 2008	348.750	521.935	303.718	1.174.403

Os "títulos para negociação" são classificados no ativo circulante, independentemente da data de seu vencimento. Certas aplicações financeiras encontram-se vinculadas em garantia das provisões técnicas (vide nota 11b). (d) Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados, exclusivamente, à proteção de riscos associados com a variação de taxas de juros dos investimentos, nos termos permitidos pela Resolução CNSP nº 98, de 30 de setembro de 2002. Os principais instrumentos derivativos utilizados são contratos futuros de juros, negociados na BM&FBOVESPA, que são utilizados para proteção da posição de títulos públicos e privados pré-fixados (Letras do Tesouro Nacional, Notas do Tesouro Nacional – Série F e Debêntures do BNDESPAR). Em 31 de dezembro de 2009 a Companhia possuía "contratos futuros de juros" representados por:

	Controladora 2008			Consolidado 2009		
	Valor de Referência	Valor a Receber/Pagar	Valor de Referência	Valor a Receber/Pagar	Valor de Referência	Valor a Receber/Pagar
A vencer em até 1 ano	26.576	3	138.497	(43)	26.576	3
A vencer entre 1 e 3 anos	190.222	47	225.676	(519)	190.222	47
A vencer acima de 3 anos	211.119	(37)	8.484	(621)	211.119	(37)
Total	237.917	40	372.657	(603)	237.917	40

5. OPERAÇÕES COM RESSEGUROADORAS

	2009	Controladora 2008	Consolidado 2009
Sinistros a recuperar – sinistros pendentes de liquidação	109.125	73.527	109.125
Sinistros a recuperar – sinistros em discussão judicial	22.000	19.943	22.000
Sinistros a recuperar – sinistros liquidados	44.599	5.097	44.599
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	79.376	7.929	79.376
Comissões a recuperar	10.183	1.864	10.183
Outros créditos com resseguradoras	17.213	3.651	17.213
Total	282.496	114.711	282.527

Os valores a recuperar por sinistros em discussão judicial são classificados no ativo não circulante.

6. DESPESAS DE RESEGURO E RETROCESSÕES DIFERIDAS

	2009	Controladora 2008	Consolidado 2008
Provisão de prêmios não ganhos – resseguro cedido	189.210	162.844	162.844
Provisão complementar de prêmios – resseguro cedido	3.690	12.213	12.213
Provisão de benefícios a conceder – resseguro cedido	3.689	6.285	6.285
Total	196.589	181.342	181.342

7. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER: A rubrica "Outros créditos" é composta, substancialmente, por saldos bancários bloqueados a proteção de ações judiciais em andamento relacionadas a sinistros, no montante de R\$ 13.741 (R\$ 12.785 em 2008). **8. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS:** Refere-se, principalmente, aos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre adições temporárias no montante de R\$ 89.215 e R\$ 7.777, respectivamente, (2008 – R\$ 79.215 e R\$ 5.561), registrados no realizável a longo prazo. As adições temporárias compreendem, basicamente, provisões judiciais e provisão para riscos de créditos, que são dedutíveis quando os passivos são efetivamente pagos ou as ações de cobrança dos créditos a receber são esgotadas.

9. INVESTIMENTOS E IMOBILIZADO

	2009	Controladora 2008	Consolidado 2009
Participações societárias	10.756	-	139
Santa Catarina Seguros e Previdência S.A.	(2.513)	-	(2.513)
Desajuste na aquisição de investimento	3.669	3.669	3.669
IRB Brasil Resseguros S.A. e Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT	360	288	360
Total	12.272	3.957	1.748

Em 2009, a Companhia adquiriu a totalidade das ações (1.440 ações ordinárias nominativas e 160 ações preferenciais nominativas, sem valor nominal) representativas do capital social da Santa Catarina Seguros e Previdência S.A. pelo valor de R\$ 7.059. Foi reconhecido um desajuste no montante de R\$ 2.513, originado pela diferença entre o patrimônio líquido da investida em 30 de abril de 2009 e o valor pago pelo investimento. A Controlada apresentou, em 30 de novembro de 2009 data-base utilizada no cálculo da equivalência patrimonial, capital social de R\$ 4.569, patrimônio líquido de R\$ 10.756 e resultado no período de R\$ 1.781. A Companhia registrou como resultado de equivalência patrimonial, no grupo "resultado patrimonial", o montante de R\$ 1.184 que corresponde ao resultado de maio a novembro de 2009 da controlada.

10. O VALOR RESIDUAL DOS IMÓVEIS DESTINADOS A RENDA, DE R\$ 28, é classificado no grupo "Investimentos".

(f) OUTROS DÉBITOS OPERACIONAIS: É composto, substancialmente, por pró-labore sobre prêmios emitidos a pagar no montante de R\$ 23.107 (2008 – R\$ 25.017); contribuição ao fundo de estabilização do seguro rural (FESR) com valor provisionado de R\$ 17.869 (2008 – R\$ 18.965) e excedente técnico a pagar de R\$ 18.575 (2008 – R\$ 6.256).

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008				
	Nota	2009	2008	2009
ATIVO CIRCULANTE		1.680.359	1.344.211	1.692.909
Disponível		6.482	15.802	7.538
Caixa e bancos		6.482	15.802	7.538
Aplicações	4	851.040	739.605	861.259
Títulos de renda fixa		89.538	58.685	97.367
Quotas de fundos de investimentos		761.146	680.387	763.536
Outras aplicações		356	533	356
Créditos das operações com seguros e resseguros		486.107	278.945	486.884
Prêmios a receber		227.958	187.367	228.501
Operações com seguradoras		9.494	9.054	9.703
Operações com resseguradoras		260.436	94.768	260.527
Outros créditos operacionais		1.208	877	1.208
(+) Provisão para riscos de créditos		(13.049)	(13.211)	(13.055)
Títulos e créditos a receber		35.427	24.825	35.635
Títulos e créditos a receber		35.427	24.825	35.635
Créditos tributários e previdenciários		181	310	217
Outros créditos		16.251	14.985	16.321
Outros valores e bens	7	609	475	609
Bens à venda		609	475	609
Despesas antecipadas		649	475	686
Despesas de comercialização diferidas	11	100.287		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008 (Em milhares de reais)

11. PROVISÕES TÉCNICAS E DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO DIFERIDAS – SEGUROS E RESSEGUROS	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
(a) Composição				
Provisão de prêmios não ganhos	542.734	453.576	543.223	453.576
Seguro agrícola com cobertura do FESR	153.091	136.015	153.091	136.015
Penhor rural – instituições financeiras públicas	387.683	108.466	387.683	108.466
Vida em grupo	86.655	48.613	87.109	48.613
Seguro de vida – produtor rural	67.506	50.884	67.506	50.884
Compreensivo empresarial	36.813	34.164	36.813	34.164
Compreensivo residencial	22.545	17.552	22.545	17.552
Prestamista	16.324	29.682	16.324	29.682
Demais ramos	51.334	39.018	51.369	39.018
Provisão de sinistros a liquidar	691.654	697.066	693.412	697.066
Vida em grupo	372.122	372.122	383.319	372.122
Seguro agrícola com cobertura do FESR	84.177	40.515	84.177	40.515
DPVAT	39.443	28.681	39.443	28.681
Prestamista	28.964	27.526	28.964	27.526
Riscos nomeados e operacionais	25.407	29.912	25.407	29.912
Responsabilidade civil geral	24.835	26.668	24.835	26.668
Penhor rural – instituições financeiras públicas	21.959	19.116	21.959	19.116
Compreensivo empresarial	21.695	21.695	21.695	21.695
Incêndio tradicional	7.371	24.441	7.371	24.441
Demais ramos	50.140	48.351	50.242	48.351
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	207.646	109.985	210.678	109.985
Vida em grupo	100.213	82.637	103.071	82.637
Seguro agrícola com cobertura do FESR	86.072	2.802	86.072	2.802
Prestamista	8.852	12.270	8.852	12.270
Compreensivo empresarial	1.644	1.644	1.644	1.644
Demais ramos	10.885	9.328	11.038	9.328
Outras provisões	30.591	28.386	30.860	28.386
Vida em grupo	16.298	23.506	16.533	23.506
Prestamista	7.287	2.385	7.287	2.385
Seguro agrícola com cobertura do FESR	3.639	1.070	3.639	1.070
Riscos Diversos	1.203	-	1.203	-
Demais ramos	2.164	-	2.164	-
Despesas de comercialização diferidas	101.242	102.842	102.408	102.842
Vida em grupo	29.327	15.998	30.493	15.998
Seguro de vida – produtor rural	18.792	14.124	18.792	14.124
Seguro agrícola com cobertura do FESR	11.553	31.694	11.553	31.694
Compreensivo empresarial	10.276	10.286	10.276	10.286
Penhor rural – instituições financeiras públicas	10.049	8.237	10.049	8.237
Compreensivo residencial	6.481	5.097	6.481	5.097
Prestamista	34.083	15.089	34.083	15.089
Riscos diversos	4.746	5.679	4.746	5.679
Demais ramos	5.212	3.218	5.212	3.218
A provisão para insuficiência de prêmios, na Controladora, foi constituída para cobertura de insuficiência apurada em uma apólice coletiva do ramo Vida em Grupo num montante de R\$ 92.560 em 31 de dezembro de 2009 (R\$ 40.313 em 2008).				
(b) Garantias das provisões técnicas: Os bens e direitos oferecidos em cobertura das provisões técnicas são os seguintes:				
	2009	2008	2009	2008
Provisões técnicas	1.574.169	1.275.281	1.579.717	1.275.281
Parcela correspondente a resseguros contratados (notas 5 e 6)	(411.487)	(281.361)	(411.518)	(281.361)
Direitos creditórios	(55.212)	(51.608)	(55.212)	(51.608)
Provisões retidas pelo IRB	(356)	(352)	(356)	(352)
Total a ser coberto	1.107.114	941.780	1.112.631	941.780
Bens oferecidos em cobertura:				
Fundos de investimentos exclusivos em títulos públicos	651.363	648.482	651.363	648.482
Fundos de investimentos exclusivos	168.199	130.689	168.199	130.689
Fundos de investimentos não exclusivos	1.648	-	1.105	-
Títulos de renda fixa – públicos	339.608	209.646	346.518	209.646
Títulos de renda fixa – privados	89.025	78.390	91.200	78.390
Total	1.248.843	1.067.207	1.258.385	1.067.207

12. PROVISÕES JUDICIAIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
(a) Composição				
Provisão para Passivos Contingentes	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
Depósitos Judiciais (*)	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
Provisão para Passivos Contingentes	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
Depósitos Judiciais (*)	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008

Natureza	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Fiscal	490.384	436.463	423.550	374.295
COFINS	458.411	406.333	394.922	346.658
PIS	15.395	14.132	11.799	11.395
Outros	16.578	15.998	16.629	16.242
Trabalhista	138	1.031	90	136
Civil	34.083	15.089	5.469	34.083
Total	524.806	452.583	429.109	379.390

(*) Além dos valores apresentados no quadro acima, a rubrica "Depósitos Judiciais e Fiscais" inclui o montante de R\$ 104.327 (R\$ 117.109 em 2008) de depósitos judiciais vinculados a sinistros em discussão judicial. Na controlada o montante é de R\$ 467 em 2009.

COFINS: A Companhia pleiteia judicialmente o afastamento do recolhimento dessa contribuição nos termos previstos na Lei nº 9.718/98. No âmbito administrativo, foi lavrado auto de infração pelas Autoridades Fiscais, para o período de maio de 1999 a dezembro de 2002, no montante original de R\$ 70.528 (incluindo principal e juros), sendo que o processo administrativo está aguardando julgamento da impugnação apresentada pela Companhia. Para o período de janeiro de 2003 a outubro de 2008, no montante original de R\$ 64.988, a Companhia possui limitação suspensiva a cobrança dos valores supostamente devidos, os quais foram inscritos para cobrança pela Procuradoria da Fazenda Nacional (PFN). A Companhia está aguardando a cobrança deste valor pela PFN para apresentar sua defesa. A Companhia possui sentença judicial de 1º grau parcialmente procedente e a decisão de 2ª instância foi desfavorável à Companhia. A Companhia ingressou com ação cautelar junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), tendo obtido efeito suspensivo e essa decisão desfavorável e interposto recurso extraordinário e especial perante o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Supremo Tribunal de Justiça (STJ). Em agosto de 2008, o STJ determinou o retorno dos autos ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região, sob o fundamento de que a matéria em discussão não foi devidamente pré-questionada por esse Tribunal. O efeito suspensivo alista a incidência sobre os demais recursos, inclusive as receitas financeiras, motivo pelo qual a Companhia passou a depositar judicialmente a COFINS incidente somente sobre a receita de prêmios de seguros e constituiu provisão de mesmo montante para o período de maio de 1999 a maio de 2009. Sobre as demais receitas, a Companhia constituiu provisão que vem sendo atualizada monetariamente. Com a revogação do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98 por meio da Lei nº 11.941/09, a partir de junho de 2009 a Companhia passou a calcular e recolher a COFINS somente sobre a receita de prêmios de seguros. Os assessores jurídicos da Companhia estimam a probabilidade de perda como "remota", em relação a discussão no que tange à inclusão das demais receitas na base de cálculo da COFINS, e como "possível", a discussão em relação à exclusão das receitas de prêmios de seguros na base de cálculo da COFINS. PIS: A Companhia discute a exigibilidade da contribuição para o PIS, instituída nos termos da Emenda Constitucional nº 17/97 e Lei nº 9.718/98, as quais alteraram a base de cálculo e a alíquota que passou a incidir sobre a receita bruta operacional. A Companhia efetuou depósitos judiciais, para o período-base de dezembro de 1997 a janeiro de 1999, e constituiu provisão de mesmo montante, com os respectivos encargos moratórios. A Companhia possui decisão favorável em primeiro grau o que foi revertida pelo julgamento do recurso de apelação favorável à União. Atualmente, aguarda-se julgamento do recurso extraordinário interposto pela Companhia em dezembro de 2009. Para o período de fevereiro de 1999 a agosto de 2006 os recolhimentos foram efetuados. A Companhia também questiona o alargamento da base de cálculo introduzido pela Lei nº 9.718/98, possuindo decisão parcialmente favorável em 1º grau autorizando, principalmente, o não recolhimento do PIS sobre as receitas que excedem o faturamento da Companhia e a incidência do tributo sobre as receitas de prêmios de seguros. Atualmente, o processo encontra-se aguardando julgamento dos recursos de apelação interpostos pela Companhia e pela União. Em função disto, a Companhia recolhe o PIS sobre a receita de prêmios de seguros, sendo que, para as demais receitas, foi constituída provisão (atualizada monetariamente) para o período de setembro de 2006 a maio de 2009. A partir de junho de 2009, com a revogação do parágrafo 1º do art. 3º da Lei nº 9.718/98 por meio da Lei nº 11.941/09, a Companhia adotou o procedimento de não mais complementar a referida provisão. Os assessores jurídicos da Companhia estimam a probabilidade de perda como "remota", em relação a discussão no que tange à inclusão das demais receitas na base de cálculo do PIS, e como "possível", a discussão em relação à incidência do PIS sobre as receitas de prêmios de seguros. **Dutos:** A Companhia está envolvida em outros assuntos que estão sendo discutidos na esfera judicial

ou administrativa, sendo os mais relevantes: (i) A Companhia discute judicialmente a majoração da alíquota da CSLL de 8% para 18% nos termos das Leis nº 9.249/95 e nº 9.316/96 e de 8% para 30% na forma da Emenda Complementar nº 10/96. Os valores envolvidos, com encargos moratórios, encontram-se depositados e provisionados totalizando R\$ 10.999 em 31 de dezembro de 2009 (R\$ 10.440 em 2008). Em dezembro de 2008, o Tribunal Regional Federal negou provimento aos recursos de apelação, tanto da União quanto da Companhia, que interpostos recurso extraordinário pendente de julgamento. Os assessores jurídicos da Companhia avaliam a probabilidade de perda como "provável". (ii) A Companhia pleiteia judicialmente o direito de deduzir a despesa relativa à contribuição social sobre o lucro (CSLL) para a formação da base de cálculo do imposto sobre a renda (IRPJ). Para os períodos-base de 1997 a 2000, a Companhia efetuou depósito judicial e constituiu provisão de mesmo montante. O valor provisionado é de R\$ 5.780 (R\$ 5.559 em 2008). Para os períodos-base subsequentes, a Companhia passou a efetuar o recolhimento do IRPJ sem essa dedução. Contra sentença desfavorável de segundo grau foi interposto recurso extraordinário que está aguardando julgamento no Supremo Tribunal Federal. Os assessores jurídicos da Companhia avaliam a probabilidade de perda desse processo como "provável". (iii) A Companhia tem como procedimento não adicionar a base de cálculo da CSLL a despesa relacionada ao tributo (COFINS) discutido judicialmente. Para o período-base de 2003 foi lavrado auto de infração no montante original incluído principal, multa e juros de R\$ 3.996 (R\$ 6.093 atualizado até 31/12/2009), sendo que o recurso administrativo interposto pela Companhia foi julgado improcedente em primeira instância e aguarda-se o julgamento do recurso voluntário. Em 22 de dezembro de 2009, foi lavrado auto de infração do período de janeiro de 2004 a dezembro de 2008 no montante original de R\$ 45.376, questionando: (i) não adição na base de cálculo da CSLL da despesa de COFINS discutido judicialmente, (ii) não adição na base de cálculo do IRPJ e da CSLL da atualização monetária sobre os tributos questionados judicialmente. A Companhia impetrou habeas corpus na esfera administrativa. Os assessores jurídicos da Companhia avaliam a probabilidade de perda como remota, motivo pelo qual não há provisão constituída. A Controlada discute judicialmente a legalidade da cobrança da COFINS e a elevação da alíquota de 9% para 15% da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, esta, a partir de maio de maio de 2008. Os valores devidos vêm sendo depositados e provisionados mensalmente. **Trabalhista:** A Companhia responde a processos de natureza trabalhista que estão em diversas fases de tramitação. Para fazer face a eventuais perdas que possam resultar da resolução final desses processos, foi constituída provisão com base na avaliação dos assessores jurídicos e da Administração da Companhia, sendo os mesmos critérios adotados pela Controlada. **Cíveis:** Referem-se a reclamações movidas por funcionários de empresas terceirizadas pleiteando direitos que adviriam de suposto vínculo empregatício e a reclamações de natureza civil oriundas da negativa de pagamento ou discordâncias em relação ao valor de indenizações de sinistro.

II - Movimentação	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Saldos em 31/12/2007	363.692	363.692	363.692	363.692
Novas constituições	64.642	64.642	64.642	64.642
Atualização monetária	36.470	36.470	36.470	36.470
Baixas	(12.221)	(12.221)	(12.221)	(12.221)
Saldos em 31/12/2008	452.583	452.583	452.583	452.583
Saldos em 31/12/2009	452.583	458.021	458.021	458.021
Novas constituições	44.277	45.600	44.277	45.600
Atualização monetária	40.673	40.673	40.673	40.673
Baixas	(12.927)	(13.017)	(12.927)	(13.017)
Saldos em 31/12/2009	524.606	531.277	524.606	531.277

(c) Composição das ações judiciais de natureza cível, trabalhista e fiscal por probabilidade de perda

	Controladora			Consolidado		
	2009	2008	2009	2009	2008	2009
I - Fiscais	Quantidade	Causa	Provisão	Quantidade	Causa	Provisão
Possível	3	6.109	16.579	2	3.779	10.440
Possível	2	251.711	393.290	3	233.042	354.573
Remota	3	102.071	80.515	2	52.472	71.450
Total	8	359.891	490.384	7	289.293	436.463

	Controladora			Consolidado		
	2009	2008	2009	2009	2008	2009
II - Trabalhistas	Quantidade	Reclamado	Valor da Provisão	Quantidade	Reclamado	Valor da Provisão
Provável	7	51	139	7	508	1.031
Possível	9	1.521	-	10	600	-
Remota	10	-	-	-	-	-
Total	26	1.582	139	17	1.108	1.031

	Controladora			Consolidado		
	2009	2008	2009	2009	2008	2009
III - Cível	Quantidade	Reclamado	Valor da Provisão	Quantidade	Reclamado	Valor da Provisão
Provável	523	16.995	34.083	238	2.913	15.089
Possível	1.809	29.116	-	1.049	28.097	-
Remota	2.573	174.623	-	1.322	165.456	-
Total	4.905	220.734	34.083	2.609	196.466	15.089

	Controladora			Consolidado		
	2009	2008	2009	2009	2008	2009
Total	Quantidade	Reclamado	Valor da Provisão	Quantidade	Reclamado	Valor da Provisão
Provável	553	23.165	50.801	247	7.200	26.560
Possível	1.820	282.240	1.062	261.739	354.573	393.290
Remota	2.586	276.694	80.515	1.324	217.928	71.450
Total	4.939	582.207	524.606	2.633	486.867	452.583

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: (a) **Capital social:** O capital social está representado por 730.856 ações nominativas sem valor nominal, sendo 365.428 ordinárias e 365.428 preferenciais, estas sem direito a voto e não conversíveis em ações ordinárias. (b) **Dividendos e remuneração aos acionistas:** Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos são refletidos nas demonstrações financeiras quando seu pagamento é deliberado pelos acionistas ou propostos pelo Conselho de Administração. Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 23 de março de 2009, foi deliberado pelos acionistas o pagamento de dividendos no valor de R\$ 46.000, em complemento aos dividendos propostos pela Administração e refletidos nas Demonstrações Financeiras de 2008. Adicionalmente, em 13 de agosto de 2009 foram distribuídos R\$ 122.003 a título de dividendos intermediários relativos ao resultado do exercício de 2009. Por proposta da Administração, no exercício de 2009 foram creditados aos acionistas juros sobre o capital próprio (JCP), calculados nos termos do art. 9º da Lei nº 9.249/95, no montante bruto de R\$ 24.106, registrados na rubrica "Obrigações a pagar". O montante creditado a título de juros reduziu a base de cálculo do imposto de renda e contribuição social, gerando um efeito tributário positivo de R\$ 9.678. **14. RAMOS DE ATUAÇÃO:** Os principais ramos em que a Companhia opera e seus índices de sinistralidade e comissionamento são:

Ramo	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Prêmios ganhos	2009	2008	2009	2008
Sinistralidade - %	2009	2008	2009	2008
Comissionamento - %	2009	2008	2009	2008
Prêmios ganhos	2009	2008	2009	2008
Sinistralidade - %	2009	2008	2009	2008
Comissionamento - %	2009	2008	2009	2008